

NOVO SUJEITO COLETIVO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
PAULO CESAR MONTAGNER

Coordenador Geral da Universidade
FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO



Conselho Editorial

Presidente
EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES
IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA
SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Marcio Pochmann

NOVO SUJEITO COLETIVO

*A governança de populações em três
tempos do capitalismo no Brasil*

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Gardênia Garcia Benossi – CRB-8^a / 8644

- P75n Pochmann, Marcio, 1962-
Novo sujeito coletivo : a governança de populações em três tempos do capitalismo no Brasil / Marcio Pochmann – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2025.
1. Capitalismo - Brasil. 2. Problemas sociais. 3. Direito agrário. 4. Mudança social. 5. Banditismo - Brasil. 6. Pensamento crítico. I. Título.

CDD – 330.1220981
– 361
– 346.043
– 303.4
– 364.1550981
– 153.42

ISBN 978-85-268-1801-9

Copyright © by Marcio Pochmann
Copyright © 2025 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Editora associada à



Direitos reservados a
Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

O povo sabe o que quer
Mas o povo também quer o que não sabe
O que não sabe, o que não saberia
O que não saberia porque é só visão
Gilberto Gil, Rep

Caminhos não há. Mas as gramas os inventarão.
Ferreira Gullar

Não somos europeus, nem americanos do Norte, mas, destituídos
de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é.
A penosa construção de nós mesmo se desenvolve
na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro.
Paulo Emílio Sales Gomes

SUMÁRIO

Apresentação	9
1. Atualidades da nova questão social no capitalismo	23
1.1 Emergência da questão social no Norte Global.....	26
1.2 Brasil, a questão social na periferia capitalista.....	37
1.3 Considerações finais	47
2. Nascente questão social no agrarismo brasileiro.....	51
2.1 Gênese da questão social na transição escravista constitutiva do sistema capitalista mundial em formação.....	57
2.2 Apatia do trabalho dos desclassificados sociais e sobrantes desnecessários no período colonial.....	62
2.3 A emergência do elemento perturbador à ordem agrário- escravista: os agregados sociais.....	67
2.4 A constituição da questão social no capitalismo nascente durante a República Velha	77
2.5 Considerações finais	83
3. Reestruturação da questão social no Brasil durante a modernização conservadora do capital	89
3.1 A experiência de governança de população na transição para a sociedade urbana e industrial na periferia do capitalismo	93
3.2 A questão social e seus constrangimentos no capitalismo periférico	102
3.3 Considerações finais	113

4. Reconfiguração da morfologia socioeconômica brasileira na regressão capitalista contemporânea	121
4.1 Fundamentos da reconfiguração periférica do Brasil no mundo	130
4.2 Colapso da maioria política e ascensão da tecnocracia antidesenvolvimentista no Brasil.....	134
4.3 O Brasil nas últimas cinco décadas (1970-2010).....	139
4.4 Novo padrão de divisão regional do trabalho no Brasil durante o primeiro quarto do século XXI	158
4.5 A nova condição de agregado social	178
4.6 Considerações finais	184
Referências bibliográficas	189

APRESENTAÇÃO

O Brasil vive, desde a última década do século passado, uma lenta e gradual dissolução da ordem social instalada pela Revolução de 1930, responsável por performar as bases infraestruturais da sociedade urbana e industrial que permitiram seu auge e seu declínio a partir da década de 1990. Em parte, os processos e as instituições que conformam a ordem internacional existente tendem a explicitar movimentos mais gerais de mudanças sociais no plano interno das nações.

Mas isso, por si só, não parece ser suficiente para compreender a produção e a reprodução das forças e suas correlações práticas internas que apontam para a mudança social enquanto fenômeno que modifica formas de vida em sociedade, o modo de organização das relações sociais. A persistência de hábitos e costumes implícitos à ordem vigente constitui obstáculos à mudança social, o que requer considerar simultaneamente tanto a modificação social estrutural, de instituições e formas de ação como a persistência da ordem vigente, sobretudo no Brasil, onde certos traços do passado primitivo mantiveram-se presentes na combinação do atraso com o moderno.

Por isso, pode-se compreender o projeto industrial desenvolvimentista das décadas de 1930 a 1980 que emergiu no Brasil como

uma resposta exitosa no âmbito periférico do sistema capitalista ao ciclo sistêmico do capital mundial liderado pelos Estados Unidos. Isso porque se mostrou capaz de incorporar real e simbolicamente parcelas crescentes do novo sujeito social que havia ganhado dimensão ampliada no questionamento à ordem social liberal fundada no nascente modo de produção capitalista concomitante com a República Velha (1889-1930).

Sob o desafio de controlar o conjunto da população sobrante e sem destino definido por massa inorgânica ao capital,¹ o movimento tenentista criado no início do século XX organizou o Estado moderno orientado pela governança de populações assentada na centralidade do trabalho assalariado acompanhado por direitos sociais e trabalhistas. A contrarrevolução preventiva que se estabeleceu na década de 1930 mudou a ordem social liberal ao mesmo tempo que se contrapôs ao sujeito coletivo absorvido pelo sistema jagunço no campo conduzido à época pelo fanatismo religioso e banditismo social.

Até então, a transição da escravidão para o capitalismo transcorrida ao longo do período monárquico (1822-1889), especialmente durante o segundo Império (1840-1889), era condicionada pelo aparecimento e pelo crescimento de um novo sujeito social distinto do prevalecente na ordem escravista.² Assim, a longeva e predominante relação entre o senhor proprietário de terra e de escravizados foi sendo perturbada pela ampla e crescente população de homens livres e miseráveis, constituída sobretudo por pretos, brancos e miscigenados sem controle da antiga ordem social escravista.

A instalação da República em 1889 pode ser concebida como contrarrevolução preventiva que, ao romper com a ordem escravista, terminou redefinindo a nova governança de populações na formação

¹ Prado Jr., 2008.

² Viana, 1987; 2005; Mattoso, 2016; Franco, 1983.

da sociedade de classes sob a montagem do Estado mínimo liberal. A constituição do mercado de trabalho, a partir de então, terminou por impor a inédita competição entre a oferta de trabalhadores livres e a demanda por emprego contratual de salário definido por patrões capitalistas.

No seu início, a relação salarial própria da interação entre o capital e o trabalho não se mostrou suficiente para absorver a totalidade da massa de trabalhadores livres. Acontece que, desde a segunda metade do século XIX, a própria monarquia vinha estimulando a imigração de mão de obra europeia e asiática, favorecendo a ampliação da parcela estrangeira no total da população no país.

Com isso, o processo de desconstituição da ordem escravista começou a avançar lenta e gradualmente desde a segunda metade do século XIX com a adoção de iniciativas legais (do fim do tráfico negreiro, em 1850, do ventre livre, em 1871, do sexagenário, em 1885, e da lei Áurea, em 1888). Na transição para o capitalismo, o segmento demográfico que se formou, associado à paulatina libertação social dos trabalhos forçados e à expansão da população miscigenada livre e já anterior à abolição da escravatura, não encontrou oportunidade de inserção plena nas poucas vagas existentes fora da ordem escravista.

Na consolidação capitalista demarcada pela ordem liberal conduzida na primeira República (1889-1930), a nova governança de populações foi instalada enquanto contrarrevolução preventiva diante do alastramento do sujeito social perturbador vigente no período monárquico. Mas, pela dinâmica excludente do modelo primário exportador capitalista perseguida à época, somente uma parcela da população foi incluída enquanto massa orgânica do capital. Ao longo de quatro décadas (1890-1920), a ordem liberal manteve importantes segmentos da população miserável e não branca em sua maioria alijada da expansão das atividades ocupacionais de natureza tipicamente capitalistas.

Ao se comparar as informações censitárias dos anos 1872 e 1920, por exemplo, nota-se que diversos trabalhos exclusivamente exercidos anteriormente por escravizados deixaram de ser realizados por ex-escravizados descendentes no período de formação do mercado de trabalho em atividades de subsistência e no âmbito da economia popular. Em grande medida, as relações raciais terminaram sendo o fio condutor da passagem do trabalho forçado para o emprego na sociedade capitalista, tendo as populações preta e miscigenada sido praticamente excluídas do acesso à terra, à educação, ao trabalho decente e aos serviços públicos, o que manteve o governo de populações estagnado ao longo do tempo.³

Uma verdadeira multidão de sobrantes e sem destino, inorgânica aos requisitos da relação capital-trabalho, conformou o novo sujeito coletivo visto pela elite governante como perturbador da ordem social liberal vigente entre as décadas de 1890 e 1920. Acrescenta-se que, desde o final do século XIX, o sistema jagunço agrário proliferou, concedendo ao fanatismo religioso e ao banditismo social as condições necessárias para a sua atuação no interior do novo sujeito coletivo próprio da República Velha.

Pela Revolução de 1930, que inaugurou a nova ordem social antiliberal, uma inédita governança de população foi perseguida perante a precaução anti-insurrecional assumida naquela época. A frase “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, atribuída ao presidente do estado de Minas Gerais Antônio Carlos de Andrada (1926-1930), pareceu elucidativa da contrarrevolução preventiva conduzida pelo movimento tenentista no Brasil.

Entre as décadas de 1930 e 1980, por exemplo, o avanço da sociedade salarial no Brasil consagrou a inegável incorporação da enorme massa sobrante herdada do campo. Alimentado pelo

³ Jacino, 2012; A. Barbosa, 2008; Lapa, 2008; Salles, 1986; Kowarick, 1987.

horizonte de expectativas do emprego assalariado com inéditos direitos sociais e trabalhistas, próprio do mercado formal em rápida expansão, o desenvolvimentismo urbano e industrial nacional se mostrou propício ao avanço de uma estrutura produtiva complexa, integrada e diversificada em cobertura do território nacional.

Desde o ano 1990, contudo, o ingresso passivo e subordinado do Brasil na globalização foi sendo acompanhado pela desindustrialização, compatível com a trajetória da desestruturação do mercado de trabalho formal e do desmonte do horizonte constitutivo da sociedade salarial. Pela especialização produtiva conduzida no imbatível receituário neoliberal, o modelo primário exportador se fez dominante, associado ao rentismo e ao extrativismo digital do capitalismo de baixo dinamismo e cada vez mais excludente.

Com a ruína da sociedade industrial, a relação capital-trabalho sofreu abalos crescentes. De um lado, a perda de capacidade de ampliação do emprego tipicamente capitalista concedeu espaço maior ao protagonismo das ocupações precárias e desprovidas de direitos associadas ao avanço da economia popular e de subsistência urbana.

De outro, as mudanças institucionais provocadas pelo reformismo neoliberal desconstruíram a base fundamental do projeto de sociedade salarial presente no horizonte de modernidade motivado pelo movimento tenentista desde antes da Revolução de 1930. As reformas trabalhistas e as previdenciárias regressivas difundidas a partir dos anos 1990 foram decisivas para aprofundar o distanciamento entre o emprego assalariado formal e o sentido crescente da disfuncionalidade da informalidade laboral.

Tanto assim que a relação débito-crédito passou a ganhar maior materialidade, substituindo parcela crescente da governança populacional tradicionalmente associada à relação capital-trabalho. Diante da presença dominante das ocupações gerais que sem

identidade e pertencimento proliferam no leito da precarização laboral, os débitos de manutenção da vida humana têm sido cobertos pelo financiamento diverso, para além do salário, pois estão ancorados em formas variadas de endividamento, programas governamentais de transferência de renda, receitas de jogos e até de atividades ilegalidades, entre outras, possibilitadas, inclusive, pelas redes sociais monetizadas.

Ao perturbar a ordem social neoliberal, as novas multidões de sobrantes e sem horizonte superior de destino encontram-se submetidas ao curso de duas principais modalidades da governança de populações em disputas. De uma parte, a perspectiva aberta pelo receituário neoliberal, cujo modelo de governança encontra-se relacionado à gestão das emergências pela política social de garantia do rendimento mínimo à base da pirâmide social que não se rebela. Entre os anos 1985 e 2022, por exemplo, o segmento beneficiado pelos programas governamentais de transferência orçamentárias de renda saltou de 2,7% para 41,4% do total da população brasileira.

Para a multidão de sobrantes e sem destino com características rebeldes, a política social neoliberal assentou-se na gestão das emergências por meio do crescente uso dos canais de violência pública. O encarceramento em massa adotado desde 1990 tem encapsulado parcela cada vez maior de pobres, passando de 90 mil para 852 mil aprisionados no ano 2023.

No mesmo sentido da violência estatal no enfrentamento do novo sujeito coletivo produzido pela ordem neoliberal, foi feita a opção pelo uso dos dispositivos legais de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), cuja origem se encontra na lei 4.737 de 1965. Mas foi pela Constituição de 1988 e pela Lei Complementar de 1999 (decreto 3.897 de 2001) que as operações de GLO passaram a conceder provisoriamente aos militares o poder de polícia de forma episódica até o restabelecimento da normalidade em área restrita e por tempo limitado, visando preservar

a ordem pública, a integridade da população e o funcionamento regular das instituições.

De outra parte, os sinais crescentes do avanço do sistema jagunço urbano pelos braços do protagonismo do banditismo social e do fanatismo religioso contemporâneo. Ao encontrar-se diante da multidão de sobrantes dos requisitos do capitalismo e sem horizonte superior de destino que não seja a governança neoliberal de populações empobrecidas, o crime organizado, as milícias e as diferentes facções religiosas se expandem incontrolavelmente, porém cada vez mais portadoras de projeto político de dominação.

Neste cenário do início do século XXI, o sistema jagunço urbano interpenetra também nas lacunas do Estado e nos sistemas econômico, social, político e cultural, ganhando passo e compasso estruturador da cooptação dos próprios poderes da República. Em realidade, a predominância da ordem social neoliberal tem sido compatível com o fomento das condições materiais pelas quais o novo sujeito coletivo se expande, pois é inorgânico aos requisitos do modelo de capitalismo conduzido desde os anos 1990.

Por isso, o processo de contrarrevolução preventiva tem se constituído ao longo do primeiro quarto do século XXI. A falência da ordem neoliberal se encara no desarranjo do ciclo político da Nova República que, após ter sido iniciado em 1985, apresenta grave comprometimento em sua capacidade de governança das populações, justamente na mais longeva experiência democrática do país.

Na transição dos 21 anos de autoritarismo para o regime democrático, a maioria política que se sustentou na alteridade do ciclo político da Nova República ao longo das últimas quatro décadas esteve concentrada cada vez mais na gestão das emergências impostas pela regressão da sociedade urbana e industrial. Os limites ao estabelecimento de um novo horizonte de expectativas de médio e longo prazo desconstroem qualquer perspectiva de projeto nacional,

sobretudo na prevalência de compromissos com a globalização neoliberal assentada na preservação dos interesses dominantes ante a realidade estagnada das condições de vida do conjunto da população.

A ruína da sociedade industrial imposta concomitantemente pelo reposicionamento do país na Divisão Internacional do Trabalho diante do avanço da Era Digital resulta do predomínio da ordem neoliberal. O esgotamento da forma social enuncia o desfazimento do projeto de integração salarial, próprio da sociedade industrial diante da trajetória de mais de três décadas de especialização produtiva associada à exportação de bens primários, cujo resultado tem sido a geração de um novo sujeito social coletivo perturbador da ordem neoliberal.

Isso porque a condição econômica nacional de consumidor e importador de bens e serviços de maior valor agregado, conteúdo tecnológico e gerador de empregos de elevada remuneração produziu uma multidão de sobrantes aos requisitos do capital. Também tem levado à desintegração da antiga burguesia industrial, própria da ordem desenvolvimentista presente nas décadas de 1930 e 1980.

Dessa forma, a composição das classes com poder dominante tem se expressado pela indiferenciação dos negócios legais e ilegais. A decomposição da sociedade urbana e industrial não produziu algo superior, mas sim, pelo contrário, incapaz de diferenciar o avanço dos negócios legítimos dos ilegítimos, com sinalização, inclusive, da participação de parcela dos agentes públicos (policiais, juízes, políticos e outros).

Ao mesmo tempo, a ordem neoliberal permitiu que superpoderes sobressaíssem da estrutura democrática e que seus interesses privados dominantes passassem a tomar de assalto o próprio Estado e direcionar, muitas vezes, o controle de governos eleitos. Com isso, as eleições periódicas passaram a produzir resultados relativamente previsíveis, com a opinião pública moldada, quando não enganada.

Conforme literatura especializada,⁴ o Estado seria ocupado por formas mafiosas institucionalizadas a viver sumtuosamente no andar de cima da sociedade, cuja operação pressuporia ceifar tanto opositores como descumpridores dos seus desejos.

Pelo tradicional paternalismo, a administração de multidões de sobrantes exigiria o uso da violência, sobretudo aos segmentos rebeldes. Para tanto, seria executada na forma legal por agentes públicos enquanto parte estrutural do Estado a atuar contra a própria população, quase uma expressão direta de uma espécie de guerra civil.

No universo das notícias falsas, da pós-verdade e da falsificação do conhecimento, o processo contrarrevolucionário preventivo vai se impondo fundado na ignorância e no iletramento digital. Os fundamentalismos que se impõem obstaculizam a compreensão da realidade por narrativas que ocultam o próprio pensamento crítico na disputa de futuro cada vez mais incerto, quando não capturado pela ideia do apocalipse.

É nesse sentido que se faz necessário enfrentar a base teórica que se propôs a refletir a respeito dos processos de contrarrevolução preventiva e prolongada. A referência às Revoluções Americana (1775-1883) e Francesa (1789-1799) assume centralidade por representar o ataque inicial à antiga ordem (colonial ou real) que levou à criação revolucionária da nova ordem e do imaginário ideológico que marcou a inflexão histórica relacionada à inédita entrada na cena política do “andar de baixo” da sociedade que até então era vista como mero espectador.

Por estar reservada ao consentimento dos iguais, representados pelos libertos do reino das necessidades, a política desconhecia as preocupações do povo, dependente do atendimento das necessidades

⁴ Adorno & Horkheimer, 1985; Marcuse & Kellner, 1999; Chomsky, 1991.

do quotidiano da vida.⁵ O deslocamento da riqueza privada como requisito para o ingresso na vida política confirmou a exclusividade aos proprietários que registravam as condições materiais da provisão de suas próprias necessidades e do consentimento divino, fundamental para fechar o horizonte das impossibilidades históricas da mutabilidade da realidade social.

A revolução emergiu como acontecimento histórico possível, reunindo os interesses da soberania popular associados ao espaço social de ampliação da liberdade e da satisfação das necessidades.⁶ Simultaneamente em oposição, o processo de contrarrevolução prolongada e preventiva ergueu-se como resposta reativa às possibilidades de mudanças populares advindas do ingresso do povo na cena política, o que antecedeu, assim, a própria efetivação da revolução social.

De forma preventiva, defensiva e permanente, a contrarrevolução foi estabelecida pelos interesses dominantes como reação ao aparecimento do novo sujeito coletivo perturbador da ordem social vigente. Passariam e definiriam, assim, as ações de oposição à possibilidade de qualquer transformação capaz de apontar a maior liberdade e os direitos da emancipação popular enquanto ordem neoliberal da insuficiência capitalista da integração das massas sociais de sobrantes.

Ainda que dissimulada, mas geralmente um processo aberto, com menor ou maior agravamento da violência social, a contrarrevolução preventiva se manteria prolongada como expediente adotado de tempos em tempos na governança de populações.⁷ Enquanto mecanismo de segurança e ocupação territorial, o processo contrarrevolucionário se estabelece preventivamente, antecedendo as possibilidades de superação da dominação existente a partir das necessidades vitais dos

⁵ Arendt, 1990; Marcuse, 1981.

⁶ Fernandes, 2006; Fontes, 2024.

⁷ Harcourt, 2021; Foucault, 2008.

indivíduos que se apresentam como novo sujeito coletivo perturbador da ordem social vigente.

No caso brasileiro, o processo contrarrevolucionário se forja justamente nos momentos de mudança histórica de época. Destaca-se a passagem do agrarismo escravista para o capitalismo nascente da segunda metade do século XIX, o ingresso no projeto de sociedade urbana e industrial do segundo terço do século XX e, mais recentemente, a expansão dos serviços em pleno ingresso na Era Digital. Pela atualidade do capitalismo de vigilância, o regime de contrarrevolução preventiva opera livremente por meio do controle informacional pelas novas tecnologias de informação e comunicação que subtraem a soberania nacional dos dados, impondo outro padrão de governança de populações e territórios com forte ênfase na dominância privada.

Dessa forma, a crise do modelo passado da Era Industrial de governança das populações, sobretudo com o aparecimento do novo sujeito coletivo sobrante e sem destino aos requisitos do capital, cada vez mais perturba a ordem neoliberal vigente. Pela ação operada mais no âmbito ideológico da extrema direita, a prevalência no uso das novas tecnologias em conexão com o processo de contrarrevolução preventiva ocorre em oposição à gestão das emergências perseguida ao longo do ciclo político da Nova República.

Neste novo cenário imposto ao Brasil, o presente livro se dispõe a considerar as possíveis implicações da questão social no presente associada ao passado de mudança de ordem demarcada por distintos processos históricos da contrarrevolução preventiva. Por questão social, entende-se a problematização das disfunções de uma sociedade sob a hegemonia capitalista a condicionar tanto a coesão como a fratura de uma nação.⁸

⁸ Castel, 1998; Rosanvallon, 1998.

Para tanto, há a disposição de analisar a questão social por meio das três diferentes temporalidades do capitalismo no Brasil. Isso porque se procurou delimitar a questão social a uma síntese apreciativa da organização econômica e social determinada historicamente com o movimento simultâneo de forças políticas e formas normativas de convivências. Seja na passagem do escravismo para o capitalismo, seja na transição do agrarismo à sociedade urbana e industrial, seja na reconfiguração da morfologia socioeconômica presente na contemporaneidade neoliberal.

Em quatro partes separadas, encadeadas constitutivamente, a sequência da reflexão a respeito da questão social transcorre a partir dos diferentes tipos de governança de populações diante do surgimento do novo sujeito coletivo e do seu desdobramento no processo de contrarrevolução preventiva e mudança de ordem social. No primeiro capítulo, por exemplo, encontra-se a cobertura da temática da questão social no capitalismo desde a sua emergência no Norte Global até a sua atualidade, que se manifesta na periferia elucida pela realidade brasileira.

Em sequência, o resgate histórico da questão social na primeira temporalidade do capitalismo no Brasil enquanto superação escravista pela ordem liberal que moldou o sujeito social coletivo formado por pobres liberados do trabalho forçado ao longo do século XIX. No terceiro capítulo, a trajetória da questão social é analisada a partir da queda da ordem liberal ao final dos anos 1920. Pelo inédito projeto tenentista de modernização capitalista conservadora, consagrador da passagem do capitalismo agrarista ao urbano e industrial ocorrida entre as décadas de 1930 e 1980, o sujeito social coletivo originário do mundo agrário conformado por uma imensa massa inorgânica aos requisitos do capital nascente da época foi enfrentado pela perspectiva de uma sociedade salarial.